

28 JUL 1985

SARNEY

Presidente observará eleições

Haroldo Hollanda

Almoçando ontem no Palácio Alvorada com um grupo de jornalistas políticos de Brasília, o presidente José Sarney, informou a eles que não cogita de participar da campanha eleitoral deste ano. Alega que manterá uma posição de equidistância, a fim de preservar sua própria autoridade e a unidade da Aliança Democrática, integrada pelo PMDB e pela Frente Liberal, partidos que em algumas cidades terão candidatos próprios às eleições municipais.

Disse também o presidente que não tem planos imediatos de novos pronunciamentos pela televisão, como foi noticiado ontem por alguns jornais. Ele ainda se dedica à missão de absorver os resultados de sua fala desta semana na televisão, revelando-se particularmente satisfeito com os frutos positivos colhidos, o que se traduziu através de várias manifestações. Nesse sentido, demonstra ter ficado particularmente sensibilizado com os resultados das pesquisas de opinião pública realizadas após o programa de televisão no qual falou, as quais refletem apoio popular ao seu governo.

Pacto Político

O presidente José Sarney diz que espera até o final deste ano concluir um pacto político, econômico e social com todos os partidos políticos, a fim de

assegurar a obra de reconstrução democrática, missão fundamental do governo de transição que realiza no País. Considera indispensável a celebração desse pacto político e acha que o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, não aceitou sua coordenação, devido a problemas de estafa pessoal, causados por razões as mais diversas, inclusive de pressões recebidas numa fase que correspondeu às das nomeações na área federal. Faz o elogio do deputado Ulysses Guimarães, como uma figura que prestou relevantes serviços públicos ao Brasil.

Acha que, do ponto de vista político, o primeiro semestre foi o mais difícil, para o seu governo, tendo em vista as consequências provocadas pela morte do Presidente Tancredo Neves, a quem substituiu no Poder. No entanto, mostra-se recompensado, pois nestes seus primeiros meses na Presidência da República acredita que conseguiu aproximar o Governo da sociedade brasileira.

O Congresso, o Orçamento e o FMI

Considera importante e é favorável à participação direta do Congresso na aprovação de todos os orçamentos da União. Quanto ao poder do Parlamento de retornar a iniciativa de autorizar aumento de despesas, é da opinião de que o as-

sunto deve ser decidido pela futura Constituinte.

Acha que os credores do Brasil, inclusive o FMI, vão ter de aceitar a posição brasileira quanto ao problema da dívida externa. Lembra, a propósito, não ser possível ao Brasil pagar a sua dívida com recessão e com os países ricos estabelecendo medidas protecionistas contra as exportações brasileiras. Do mesmo modo, classifica como medida unilateral as subseqüentes elevações das taxas de juros dos empréstimos externos.

Informa que a questão do reatamento de relações diplomáticas do Brasil com Cuba se encontra sob exame no Conselho de Segurança Nacional. Acha que não se pode dar a esse reatamento um dimensionamento político maior do que ele possui, devendo ser encarado como um ato natural.

Classifica como exemplar a conduta dos militares na fase de transição política pelo qual estamos passando. No seu modo de ver, na futura Constituição brasileira deve-se reservar às Forças Armadas o papel que elas sempre desempenharam na vida pública brasileira, de mantenedoras da ordem pública interna e responsável pelo resguardo da soberania das nossas fronteiras, como Nação livre e soberana que somos. Em todas

as Constituições republicanas brasileiras, desde 91, este tem sido sempre o papel atribuído às Forças Armadas.

Mandato

Pessoalmente, é pela fixação em quatro anos do seu mandato, como Presidente da República, embora acredite que a decisão final sobre a matéria deve caber à Constituinte.

Manifesta integral apoio ao plano de reforma agrária do seu Governo. Diz que as reações negativas estavam nas suas previsões, e ocorreriam de qualquer modo. Mas está disposto a dar continuidade ao projeto de reforma agrária. Quando um dos presentes ao encontro sugere que talvez tivesse sido mais conveniente substituir a expressão reforma agrária, pelo seu caráter polêmico, responde negativamente. Mostra-se sensibilizado com o apoio que tem recebido por parte da Igreja Católica para levar adiante o seu plano de reforma agrária. Acha que outras reformas se impõem, inclusive a administrativa, para atualizar o serviço público e fazê-lo atender às exigências do momento vivido pelo Brasil. E da opinião também de que tem de haver uma melhor distribuição de renda no País, corrigindo-se as distorções e injustiças clamorosas que ainda ocorrem.